

A C Ó R D Ã O (Ac.SBDI2-1540/96) . MMF/a/s

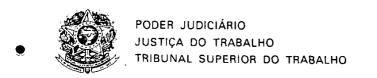
> EMENTA - REMESSA DE OFÍCIO - SEGURANÇA CONCEDIDA - MANDADO DE SEGURANÇA IMPE-TRADO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO CONTRA DECISÃO JUDICIAL - A remessa obrigatória prevista no parágrafo único do art.12 da Lei nº 1.533/51, só se justifica quando a concessão da segurança gera efeitos de ordem patrimonial que serão suportados pela Fazenda Pública (União Federal, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas), como previsto no seu art. 2° e de acordo com o princípio geral do art. 475, inciso II, do CPC. Não há, portanto, razão teleológica para a remessa quando a concessão da segurança afeta apenas interesses privados de parte que, ademais, podia ter interposto recurso e não o fez. Remessa de ofício de que não se conhece.

RELATÓRIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa "Ex-Officio" N° TST-RX-OF-208.583/95.9, em que é Impetrante TIMÃO CO-MÉRCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA, Interessado ADELAR MACHADO DO NAS-CIMENTO sendo Autoridade Coatora o MM. JUIZ PRESIDENTE SUBSTITUTO DA 5ª JCJ DE PORTO ALEGRE/RS.

Trata-se de Remessa de Ofício determinada pela v. decisão de fls.110/13, que concedeu o mandado de segurança impetrado por TIMÃO COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA.

A douta Procuradoria-Geral, em parecer da ilustre Dra Eliana Traverso Calegari, opinou pelo desprovimento da remessa(fls.117/19).



É o relatório,

VOTO

TIMÃO COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA impetrou mandado de segurança, com pedido liminar, contra ato do MM. Juiz Presidente Substituto da 5ª JCJ de Porto Alegre, alegando em suma o seguinte:

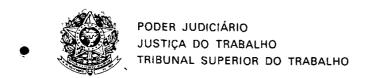
- a) após sentença que homologou o cálculo efetuado pelo Sr. Perito, a Impetrante indicou bens de sua propriedade, avaliados em R\$ 23.430,71 (fls.15/28);
- b) tendo havido diferença entre o valor do débito, apurado em R\$ 42.088,66, nova penhora foi realizada, sobre imóvel de propriedade de ex-sócio da empresa, o qual foi avaliado R\$ 120.000,00 (f1.56);
- c) não obstante garantido o juízo, o MM. Juiz Presidente Substituto da 5ª JCJ de Porto Alegre determinou que a Impetrante efetuasse o depósito recursal de que trata o art.40, § 2°, da Lei 8.177/91, com a redação dada pelo art.8° da Lei 8.541/92, tendo em vista os embargos à execução opostos pela Empresa.

A Impetrante sustenta que, estando garantida a execução pelas penhoras realizadas, em bens cujo valor foi avaliado R\$ 144.430,71, e sendo o débito em execução do valor de R\$ 42.088,66, é incabível o depósito recursal.

Requer, a final, a cassação parcial do despacho de fl.58, no tocante à exigência do depósito recursal (letra "c").

O eg. Regional, mantendo a liminar deferida, concedeu em definitivo a segurança, sob o fundamento de que, "garantido o juízo pela penhora, tem a executada, ora impetrante, direito líquido e certo detinto

PROC. N° TST-RX-OF-208.583/95.9



de ver prosseguir a execução, que de resto, não acarreta qualquer prejuízo ao reclamante" (fl.112). Consignou, ainda, que "o único meio para sustar a exigibilidade do depósito é a interposição de mandado de segurança, na medida em que não previsto em lei recurso de imediato" (fl.111).

A lide envolveu, por conseguinte, interesses não públicos.

A Lei n° 1.533, de 31/12/51, está voltada para atos de "autoridade" vinculada à Fazenda Pública (art. 1°, § 1°, e art. 2°). Veja-se o conteúdo do art. 2°:

-"Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as conseqüências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União Federal ou pelas entidades autárquicas federais".

Dentro dessa visão, a concessão do mandado de segurança representava decisão "proferida contra a União, o Estado e o Município", como previsto no art.475, inciso II, do CPC.

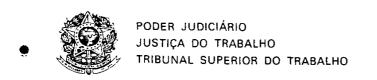
Coerentemente, o PARÁGRAFO ÚNICO do ART. 12 da Lei nº 1.533, sujeitou, ao princípio do duplo grau de jurisdição, a decisão que conceder mandado de segurança.

Com o correr do tempo, entretanto, passou-se a admítir mandado de segurança contra DECISÃO JUDICIAL.

Ora, nessa hipótese especial, a concessão da segurança não gera consequência de ordem patrimonial a ser suportada pela Fazenda Pública.

 $\acute{ ext{E}}$ o caso dos autos, em que a concessão da segurança afetou, apenas, interesses privados.

totte tas



Não há, por conseguinte, razão teleológica para admitir-se a remessa de ofício na espécie, reforçado, o raciocínio, pela circunstância de a parte afetada pela concessão da segurança não ter recorrido da decisão, como lhe era facultado processualmente.

Pelo exposto,

Não conheço da remessa necessária.

ISTO POSTO:

 ${\bf A}$ ${\bf C}$ ${\bf O}$ ${\bf R}$ ${\bf D}$ ${\bf A}$ ${\bf M}$ os Ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer da remessa $\underline{{\bf ex-officio}}$ por incabível na espécie.

Brasília, 19 de novembro de 1996.

ERMES PEDRO PEDRASSANI - Presidente

1111

MANOEL MENDES DE FREITAS - Relator

Ciente:

AFONSO HENRIQUE LUDERITZ DE MEDEIROS - Subprocurador-Geral do Trabalho